

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO:
EFEITOS DA DESIGUALDADE NO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA**

CARDOSO SOUSA DOS SANTOS

CODÓ-MA

2023

CARDOSO SOUSA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO DO CAMPO:
EFEITOS DA DESIGUALDADE NO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão,
Centro de Ciências de Codó, como requisito para
obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia

Orientador: Prof^o. Dr. Samuel Correa Duarte

CODÓ-MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SANTOS, Cardoso Sousa Dos.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: EFEITOS DA DESIGUALDADE NO ACESSO E
PERMANÊNCIA NA ESCOLA / Cardoso Sousa Dos SANTOS. - 2023.
45 p.

Orientador(a): Samuel Correa Duarte.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Codó, 2023.

1. Abandono. 2. Desigualdade. 3. Educação do campo.
I. Duarte, Samuel Correa. II. Título.

EFEITOS DA DESIGUALDADE NO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão,
Centro de Ciências de Codó, como requisito para
obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia

Orientador: Prof^o. Dr. Samuel Correa Duarte

Aprovado em ___ de ___ de ____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Samuel Correa Duarte

Prof^a. Dra. Kelly Almeida de Oliveira

Prof^o. Dr. Otávio Santos Costa

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido à vida, e por me proporcionar a realização de um sonho em um ambiente onde poucos têm essa oportunidade, mas o senhor soube me conter firme, forte e determinado com os meus objetivos. A minha família em especial minha mãe dona Deusuita, esposa Ana Cléa, os filhos Ana Cristina e Francisco e meus irmãos Wanderlei, Michael Jacson, Domingos, Carlos Leiva, Luzinete, Lauriane, Douglas, Ana Gadielle e meu padrasto Barraqueiro. As amigas que me acolheram quando adentrei na Universidade Vaniele, Daniele da Silva, Cássia Vitória, pois aprendi muito com elas durante minha formação e serei sempre grato por ter conhecido vocês. Não poderia deixar de agradecer aos amigos Lucas, Fernanda e o Krysman, por ter compartilhado seus conhecimentos comigo. E a comunidade quilombola Queimadas porque através dela consegui uma bolsa (Bolsa Permanência) que me possibilitou chegar até aqui. Aos meus professores (as) que contribuíram nesse longo processo de formação social e pessoal, desde meus primeiros passos na Educação Básica; Eliseth e Márcia. E aos professores da Universidade, entre eles meu orientador Prof^o. Dr. Samuel Correa Duarte que me mostraram que os camponeses, como todas as classes populares estão submetidos a um processo de exclusão social, cultural e educacional, não por estarem em lugares diferentes, mas sim por não terem oportunidades.

RESUMO

O presente trabalho busca entender os motivos que levam alunos do campo a descontinuarem seus estudos escolares. Pretende-se esclarecer quais motivos que levaram ex-alunos da escola municipal José Pinto da Silva, no povoado Boa Vista do Procópio a 54 km no município de Codó/MA, a não continuar os estudos nas séries seguintes ou até a faculdade? O trabalho tem como objetivo geral compreender as causas que levaram os ex-alunos a não permanecerem na Educação Básica em escola do campo. Tendo como objetivos específicos: apontar fatores que contribuíram para essa desistência; traçar alternativas de implantação de políticas públicas que venha contribuir com o fim das desigualdades educacionais, sociais, política e culturais no meio rural; Analisar a Educação do Campo como um espaço de identidade e de sobrevivência. Foi utilizada a pesquisa participante com abordagem qualitativa e, iniciando com fundamentação teórica em Caldart (2000, 2002, 2010), Arroyo (2007, 2011), Salomão Hage (2014), Bicalho (2017), Martins (2020) e Saviani (2016) e com base nos marcos legais Constituição Federal 1988 e Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN, 9.394, BRASIL, 1996). A pesquisa de campo foi realizada com ex-alunos da escola municipal José Pinto da Silva, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado a seis (6) ex-discentes. Diante da análise dos dados ficou claro que os ex-alunos como os atuais necessitam da inclusão da segunda etapa da modalidade ensino médio da Educação Básica no campo. Portanto, a partir da pesquisa realizada com os ex-alunos foi possível perceber a ausência do poder público com as populações camponesas.

Palavras chaves: Educação do campo. Desigualdade. Abandono.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the reasons that lead rural students to discontinue their school studies. It is intended to clarify the reasons that led former students of the municipal school José Pinto da Silva, in the village of Boa Vista do Procópio, 54 km away in the municipality of Codó/MA, not to continue their studies in the following grades or even college? The general objective of this work is to understand the causes that led former students not to remain in Basic Education in a rural school. Having as specific objectives: to point out factors that contributed to this withdrawal; outline alternatives for the implementation of public policies that will contribute to the end of educational, social, political and cultural inequalities in rural areas; Analyze Rural Education as a space of identity and survival. Participant research with a qualitative approach was used, starting with theoretical foundations in Caldart (2000, 2002, 2010), Arroyo (2007, 2011), Salomão Hage (2014), Bicalho (2017), Martins (2020) and Saviani (2016.) and based on the legal frameworks of the Federal Constitution of 1988 and the Law of Guidelines and Base of National Education (LDBEN, 9.394, BRASIL, 1996). Field research was carried out with former students of the José Pinto da Silva municipal school, using a questionnaire applied to six (6) former students as a data collection instrument. In view of the data analysis, it was clear that former students and current ones need the inclusion of the second stage of the secondary education modality of Basic Education in the countryside. Therefore, from the research carried out with the former students, it was possible to perceive the absence of public power with the peasant populations.

Key words: Rural education. Inequality. Abandonment.

LISTA DE FIGURA E QUADROS

Figura 1: E. M. José Pinto da Silva	15
Figura 2: E. M. São Benedito II.....	23
Figura 3: E. M. Santa Lúcia.....	23
Figura 4: Sala de aula da figura 3.....	24
Figura 5: E. M. João Machado.....	24
Figura 6: Beija-flor.....	34
Figura 7: João de barro.....	34
Figura 8: Curió.....	34
Figura 9: Pêga.....	34
Figura 10: Sabiá.....	34
Figura 11: Pipira.....	34
Quadro 1: Caracterização social dos participantes.....	35
Quadro 2: Quando criança você morava com seus pais ou outras pessoas? Como era sua relação com os adultos?	35
Quadro 3: Escolaridade e profissão dos seus pais ou responsáveis	36
Quadro 4: Quais motivos que levaram a não continuar os estudos nas séries seguintes ou até a faculdade?	37
Quadro 5: Quais seriam as condições necessárias para voltar a estudar?	38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFFA - Centros de Familiares de Formação por Alternância
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONAQ - Comissão Nacional Quilombola
CONSED - Conselho dos Secretários Estaduais de Educação
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo
GEPERUAZ - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia
GPT - Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RESAB - Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro
SEB - Secretaria de Educação Básica
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEPPIR - Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
SESU - Secretaria de Educação Superior
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia
SNJ - Secretaria Nacional da Juventude-
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UnB – Universidade de Brasília
UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
3 REVISÃO TEÓRICA.....	21
4 DESIGUALDADES EM MOVIMENTO.....	27
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE.....	45

1 INTRODUÇÃO

O sistema escolar implantado no Brasil nasceu excludente. Desde seus primórdios, no processo colonial levado a efeito pelos portugueses, era possível reconhecer os espaços de catequese como um tipo de instituição escolar, mas poucos tinham acesso à casa de bê-á-bá criada em Salvador/BA pelo padre Manoel da Nóbrega junto aos jesuítas. Desde então, esse contexto histórico originário tem favorecido a classe dominante e excluído as classes proletárias, como: as pessoas residentes em periferias das grandes cidades, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e os camponeses, que têm sofrido com esse processo de exclusão social, cultural e educacional. Ou seja, foram e continuam sendo submetidos a trabalhos forçados e sem acesso à escola laica e de qualidade. Embora tenha se passado alguns séculos, esse acesso ainda é tímido para essa população, quando comparado às escolas dos filhos da elite, e no entanto, quando se tem acesso, não há provisão de condições adequadas para o progresso escolar.

Mediante essa constatação histórica, o interesse em pesquisar a educação no campo e os efeitos da desigualdade no acesso e permanência na escola, deu-se porque diariamente vivencio essa realidade, onde ao longo de minha vida escolar tenho presenciado inúmeros amigos abandonarem ou se evadir da escola, em geral por não conseguirem conciliar escola e trabalho. E ao longo desse processo educacional fui submetido a essa prática de abandono escolar, devido ter constituído família em setembro de 2005 e permanecido fora do ambiente escolar até 2013. Durante esse período afastado da escola, vi o quanto é difícil a vida de homens e mulheres do campo sem o acesso à educação. Porém, são forçados a se submeterem a trabalhos com baixa remuneração, onde muitas das vezes não dá nem para manter a alimentação de suas famílias.

Diante de tamanha desigualdade que há na educação no campo, motivei-me a pesquisar sobre as causas que levaram ex-alunos do nono (9º) ano da escola José Pinto da Silva na comunidade Boa Vista do Procópio, distante 54 km no município de Codó/MA, a não continuarem com os estudos. Busquei retratar a existência de diferentes realidades vividas com ausência da Educação Básica, pois, a priori, nem mesmo o básico está sendo ofertado pelo poder público, o que nos remete ao retrocesso da submissão do processo colonial, de modo que a hierarquia da classe dominante permanece ativa após cinco (5) séculos. Dentro desse enredo de obstáculos é possível apontar fragilidades no sistema educacional vigente, como a oferta dos direitos básicos, visto que a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um

direito social sendo dever do Estado ofertar com livre acesso à sociedade civil.

A justificativa para o presente estudo tem raízes sociais e se vincula ao contexto educacional no campo, tendo em vista os embates que tem transcorrido nas últimas décadas em defesa da educação do campo, na luta pela garantia de um direito básico, na qual a população do campo busca alcançar aquilo que lhe foi negado historicamente, a saber: o acesso ao direito à educação para crianças, jovens e adultos em consonância com seu modo de vida.

Pelo exposto, o motivo da pesquisa deu-se devido as constantes desigualdades que há no meio rural e que década após década isso é normalizado como se fosse algo natural. A falta de conhecimento tem contribuído para essa normalização da exclusão escolar. Para além da previsão do direito à educação, entendemos que é necessário prover os meios para ingresso e permanência no sistema escolar nas comunidades rurais, sem o que a busca pela educação se torna mais um elemento a forçar o êxodo rural. Diante disso, ciente que a abertura de escolas e vagas no sistema regular no campo é condição necessária, mas não suficiente para o sucesso do processo educacional, questiona-se o tratamento dado ao problema da evasão escolar.

Desta forma, surge o seguinte questionamento: Quais motivos que levaram a não continuar os estudos nas séries seguintes ou até a faculdade? Para esclarecer a questão de pesquisa, recorri ao objetivo geral: compreender as causas que levaram os ex-alunos a não permanecerem na Educação Básica em escola do campo.

Quanto aos objetivos específicos, apontar fatores que contribuíram para essa desistência; Traçar alternativas de implantação de políticas públicas que venha contribuir com o fim das desigualdades educacionais, sociais, política e culturais no meio rural; Analisar a Educação do Campo como um espaço de identidade e de sobrevivência, visando a elaboração de projeto político pedagógico voltado às propostas pedagógicas de interesse da população camponesa, cujo debate enriquece a efetivação de um direito básico conquistado através de lutas pelos movimentos sociais e garantido pela Constituição Federal em 1988.

Este texto está organizado em três seções: a primeira descreve os materiais e métodos utilizados, bem como a abordagem adotada para o desenvolvimento da pesquisa, sendo uma pesquisa participante com abordagem qualitativa; na segunda seção trazemos os referenciais teóricos e legais que embasam a luta pelo direito à Educação Básica para os camponeses, como Roseli Caldart (2000, 2002, 2010), Miguel Arroyo (2007, 2011) e Salomão Hage (2014) e os marcos legais como: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN, 9.394, BRASIL, 1996); na terceira seção realizamos a análise dos

resultados obtidos em campo, ao que se seguem as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa científica, de acordo com Gil (2008), visa responder questões relevantes do ponto de vista teórico, empírico e social. Emprega métodos e técnicas construídos especificamente para esse propósito e pressupõe que a aplicação correta de teoria e método pode produzir novos conhecimentos acerca da realidade ou qualificar o conhecimento existente.

De acordo com o referido autor, podemos distinguir ao menos três tipos de pesquisa: a exploratória, a descritiva e a explicativa. Para os interesses de nossa pesquisa destacamos aqui o tipo exploratório, que tem como objetivo mapear cenários e realidades com vistas a subsidiar a reflexão teórica. Possui certa flexibilidade para se ajustar ao contexto e geralmente emprega levantamento bibliográfico, entrevistas e estudos de caso. A perspectiva exploratória é indicada especialmente quando se deseja prover a iniciação científica num determinado tema.

Com o objetivo de subsidiar a abordagem exploratória, recorreremos também à pesquisa teórico-bibliográfica. De acordo com Koche (2011), essa abordagem permite identificar o saber constituído sobre uma área ou tema de estudo. No caso do presente estudo, pelo escopo restrito, pretende-se explorar as conexões entre os temas da educação do campo e as condições para sua efetividade. Buscamos trabalhar com textos que permitissem tratar do percurso histórico da Educação do Campo, bem como seus aspectos sociopolíticos e pedagógicos. Nesse sentido, foi realizado levantamento teórico, recorrendo a obras selecionadas via portais *scielo.br*, *google acadêmico* e também material didático derivado das aulas na área de Educação do Campo, no curso de Pedagogia da UFMA, Campus Codó.

Do ponto de vista operacional, foi empreendida uma pesquisa de campo, com realização de entrevista semi-estruturada. Para alcançar os objetivos propostos e conectarmos o saber constituído com a realidade efetiva dos sujeitos concretos, procedemos com a pesquisa participante de caráter qualitativa com ex-alunos do nono ano dos anos finais do ensino fundamental, correspondente à chamada oitava série. Segundo Fals Borda (1983, p.43), a pesquisa participante é a:

...que responde especialmente às necessidades de populações que compreende operários, camponeses, agricultores e índios, as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas-levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior.

Severino (2007, p. 118) ressalta o método da abordagem qualitativa da seguinte forma:

A abordagem qualitativa tem como finalidade conseguir dados voltados para compreender as atitudes, motivações e comportamentos de determinado grupo de pessoas. Objetiva entender o problema do ponto de vista deste grupo em questão. [...] No entanto, vale ressaltar que a partir desta pesquisa pode ser criada uma hipótese. E esta pode ser testada usando-se a pesquisa quantitativa.

No processo de pesquisa foi elaborado um questionário semiestruturado contendo nove (09) questões, sendo cinco (05) de caracterização dos entrevistados, duas (02) com o foco no percurso familiar e duas (02) voltadas para avaliação educacional; as mesmas abordavam temas relevantes da trajetória família/escola dos ex-alunos.

Na produção da pesquisa, recorreu-se à realização de entrevistas com egressos de escola no campo, na qual fizemos os seguintes questionamentos: Quando criança você morava com seus pais ou outras pessoas? Como era sua relação com os adultos? Pode descrever? Fale um pouco sobre a escolaridade e profissão dos seus pais ou responsáveis. Quais motivos que levaram a não continuar os estudos nas séries seguintes ou até a faculdade? Quais seriam as condições necessárias para voltar a estudar?

Durante a realização das entrevistas, acreditamos que, devido o pesquisador vivenciar a realidade do campo, o processo transcorreu de modo tranquilo, criando um contexto favorável aos entrevistados no momento das interações. Para elaboração do questionário houve toda uma análise de como organizar e selecionar questões e, como deveria abordar cada entrevistado dentro de sua realidade. Cada entrevista teve duração de 30 a 45 minutos, todas foram gravadas para depois transcrever, com o foco em obter os mínimos detalhes. No momento da entrevista, todos entrevistados se sentiram à vontade para expor livremente suas opiniões sobre os temas abordados.

A pesquisa ocorreu com seis (06) ex-alunos da Escola José Pinto da Silva, na comunidade Boa Vista do Procópio, distante 54 km da sede do município de Codó/MA. Em homenagem ao fundador da comunidade a escola leva seu nome. A comunidade carrega consigo uma relação familiar com meus avós, tios e mãe, embora, não residir na mesma há uma relação

com a escola, pois meus filhos estão cursando o ensino fundamental, a minha esposa e eu somos egressos da mesma.

Figura 1: Faixada da Escola



Figura 1: E. M. José Pinto da Silva. Fonte: o autor (2023)

A referida comunidade conta com sessenta e um (61) famílias distribuídas em seu território, sendo 85 mulheres e 104 homens. Todavia, devido haver uma relação de convivência com as pessoas da comunidade, a coleta de dados se deu por o entrevistador conhecer a cada membro das famílias residente na propriedade. No entanto, os números obtidos dos homens podem sofrer alterações em determinados meses do ano, fevereiro, março, abril e maio etc... devido buscarem em outras regiões como; Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil uma fonte de renda mais valorizada.

Em geral as famílias têm como fonte de renda a quebra de coco babaçu, aposentadoria/previdência social e o Bolsa Família, sendo esse último a principal política de renda criada para os camponeses. Além das políticas existentes, o modo de sobrevivência das famílias está ligado à terra e seus recursos naturais, pois as mesmas cultivam arroz, feijão, milho, mandioca, macaxeira, melancia, abóbora, pepino, quiabo, vinagreira (cuxá) etc. Cabe ressaltar, que o cultivo é realizado no período chuvoso, que vai de dezembro a maio.

No entanto, existe outra fonte de renda que tem sido uma das mais antigas e essenciais para a sobrevivência de homens e mulheres do campo a palmeira de coco babaçu¹, pois dela são extraídos inúmeros recursos: a palha serve para cobrir as casas, o olho de palha serve para fazer o cofo, abano, esteira e galinheiro, o talo da palha serve para base de sustentação das paredes das casas e serve para cercar roças, a amêndoa do coco é utilizado o leite e o azeite para tempero nas carnes de caças e para fabricar óleo, sabão, sabonete e outros produtos cosméticos etc... as cascas do coco serve para fabricação de carvão. Da palmeira também é extraído o palmito que serve tanto para o consumo humano como para o consumo dos animais, seu estrume é um importante adubo para canteiros e hortas - em consonância a essa fonte de subsistência, em geral, as famílias criam galinhas e em alguns pontos da comunidade criam porcos e bois.

Das inúmeras utilidades da palmeira de coco babaçu, a amêndoa se destaca por sua representatividade com as mulheres quebradeiras de coco, pois bem antes da redemocratização do país ela já representava a principal economia local, e era utilizada como moeda de troca em outros produtos; mas essa fonte vem se esgotando com a ênfase no tal progresso/urbanização, cada vez mais frequente na região leste maranhense. A comunidade dispõe de açudes, riachos com duração de água temporária e o rio Iguará que tem duração de água em algumas partes, ambos são utilizados para pesca.

A comunidade conta ainda com um posto médico e recentemente com uma escola de Ensino Médio. Ambas as conquistas levaram anos para se consolidarem, a começar pela escola onde os ex-alunos alunos concluíram a (oitava série) nono ano, a qual teve sua construção em 1981, vale ressaltar, que nessa época o Brasil vivia uma profunda Ditadura Militar.

As diferentes classes populares existentes em nosso país, vem lutando ano após ano pelo reconhecimento de sua existência no meio rural. E dentro desse universo de ruptura estão as populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas e os muitos camponeses sem denominações, como também aqueles que vivem em periferias e favelas em zonas urbanas. Ambas lideram o desejo de insatisfação com o processo de aquisição do direito à terra, moradia, educação, saúde e segurança. Entretanto, essa miscigenação de classes proletária historicamente convive sobre conflito de interesse dos grandes latifundiários e empresários capitalistas.

O direito a educação laica e de qualidade, ainda é uma realidade distante de muitas comunidades rurais. Atualmente, a população camponesa tem utilizado métodos de organização

¹ A palmeira de coco babaçu foi a fonte de subsistência de toda a minha família, pois era a única renda que minha mãe tinha para alimentar seus sete (7) filhos e dois (2) netos.

coletiva no intuito de garantir a Educação Básica no ambiente de convivência e com perspectivas de acessar o ensino superior. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), há mais de 30 milhões pessoas residindo em áreas rurais.

Expor a real situação da educação no campo, é fazer frente ao reconhecimento da necessidade de investimentos de políticas públicas destinadas as classes com menor poder aquisitivo. Vale ressaltar, que a valorização de cada comunidade vai muito além de como o cada sujeito está inserido no processo educativo e, sim na forma de sobrevivência vinculadas ao trabalho, cultura social e suas especificidades.

A mão de obra campesina no Brasil é uma das mais desvalorizadas, pois existem diferentes variações na forma como o sujeito adquire sua sobrevivência, pois envolve um conjunto de atividades trabalhistas, quebra do coco babaçu, pesca, extrativismo, caça e o trabalho braçal na roça sendo a forma mais predominante de serviço. Entretanto, dentro deste universo de subsistência estar surgindo novas formas de produção, como; as crescentes plantações de eucaliptos para extração da celulose, as vastas lavouras de soja que tem devastado as matas nativas e alcançado proporções gigantescas dentro do espaço rural, como é caso da criação de gado (pecuária), porém, essas imersões de novas produções têm contribuído não só para concentração do capitalismo, mas para expulsão das famílias campesinas. (VENDRAMINI, 2007, p. 124).

A desvalorização do modo de vida cultural do camponês/sertanejo é o que tem contribuído para existência de estereótipos como também para o desequilíbrio no meio ambiente, haja vista que aos olhares de ambientalistas e pesquisadores esse efeito degradante do espaço da vida tranquila, dias após dia têm tomado dimensões incalculáveis. (VENRAMINI, 2007, p. 125)

O comprometimento das pessoas do campo com a terra, tem ligação com a sua atividade agrícola e com a sua convivência no meio rural. Partindo dessa premissa, as proporções que a educação campesina tem alcançado no que diz respeito ao acesso, ainda está distante da necessidade de muitas famílias. Essa ausência no acesso está imbuída de inúmeros fatores que ajudam a compreender essa carência. No entanto, isso se torna mais grave quando se pensa que, em pleno século XXI, nem o básico em material educacional está sendo ofertado em muitas regiões rurais do Brasil.

A relação construída na educação do e no campo perpassa algumas vivências durante seu contexto social, partindo desse pressuposto é salutar haver a contextualização do tema, entretanto, dar visibilidade à realidade vivenciada no meio rural é ter conhecimento das diferentes situações encontradas nos municípios brasileiros. Afinal, o tema em discussão vem potencializar ainda mais importância da necessidade de um olhar diferenciado no e para o campo, com o foco na igualdade no acesso de uma escola laica e de qualidade.

Entretanto, uma das etapas da Educação Básica que precisa se tornar realidade no meio rural é a etapa do Ensino Médio, pois o contingente de jovens que necessitam de uma oportunidade é muito maior do que a oferta dessa modalidade. Portanto, em um contexto em que se nega o básico da educação, como que o país vai se desenvolver? Embora essa seja a realidade de muitas regiões rurais, a comunidade Boa Vista do Procópio, em conjunto as comunidades vizinhas, viram suas realidades se transformarem com a chegada de uma escola de ensino médio. O que só foi possível graças a uma ação conjunta dos proprietários rurais das comunidades, em que os mesmos foram à capital do Estado, São Luís, reivindicar ao vice-governador o acesso a esse direito².

Hoje, esse feito já está colhendo frutos, em um ano de funcionamento a escola alcançou 70 alunos em 2022 e em 2023 esse número está quase dobrando e com probabilidade desse chegar em um total de 200 alunos em 2024. Portanto, esse contingente de jovens que a escola está alcançando evidencia a importância de se desenvolver políticas públicas voltadas para as classes populares que residem no campo. O contexto social dos alunos residentes no campo é totalmente diferente daqueles que residem na zona urbana, embora, o campo tenha sofrido algumas transformações ao longo dos anos, já são muitas as regiões que têm acesso à energia, posto de saúde, escola, água e recentemente a internet. Embora este acesso ainda esteja no início, nota-se uma crescente procura por uma conectividade das famílias orientada pelos filhos, mas essa realidade ainda está distante de muitas escolas do campo.

Entretanto, percebe-se que cada vez mais os jovens estão buscando uma maneira mais fácil de se comunicarem, daí vem a necessidade das escolas terem em seu currículo a internet como recurso pedagógico. É importante ressaltar que, o conhecimento está atribuído a oportunidades e não de meritocracia como afirmam a classe elitista.

² Importante ressaltar que essa conquista só foi possível após já ter iniciado minha pesquisa.

Diante do contexto em questão, pressupõe que a classe popular está inserida em realidades totalmente inferior a realidade dos jovens da elite. Para se ter uma ideia, no ano de 2021, criou-se o Projeto de Lei n- 3.477 no Congresso Nacional e com aprovação do Senado durante a pandemia do COVID 19, que visava garantir aos estudantes e professores o acesso à internet gratuita, com tablet para os estudantes no valor de R\$ 520,00. Mas foi vetado pelo presidente da época, pois segundo ele não havia recurso o suficiente para bancar o projeto que custaria aproximadamente 26 bilhões. Vale ressaltar, que os deputados têm o poder de derrubar o veto do presidente, porém, eles não usaram deste recurso, tendo em vista a falta de interesse político pelos direitos das classes populares.

Outro ponto a ser destacado no meio rural aqui estudado, é o desenvolvimento econômico, que é inferior quando comparado com a economia da cidade. Para haver uma possível elevação na economia campesina é preciso analisar métodos e critérios a serem utilizados nesse ambiente. Ou seja, o que a elite capitalista chama de progresso rural, para muitos têm se tornado o fim dos recursos naturais como: nascentes, peixes, caças, extrativismo e madeiras de leis e os animais que comumente são criados pelos lavradores: galinhas, porcos, bodes, ovelhas, capote e raramente bois, daí a importância da análise dos métodos³.

Nos últimos anos os campesinos têm notado um crescimento no desmatamento na região leste maranhense. De modo geral, esse acontecimento vem interferindo na fonte de subsistência e vida escolar dos alunos da zona rural, tanto na condição financeira como na permanência do espaço escolar, dessa forma, se não houver um breve levantamento da vida ruralista dos lavradores, haverá um grande equívoco nessa tomada de decisões.

No entanto, há uma grande dificuldade em promover mudanças no sistema educacional brasileiro devido a essas ações de interesse por parte dos representantes do povo, como um cidadão que cumpre com suas obrigações socialmente, não vemos como a solução dos problemas sociais colocarmos a elite para nos representar no congresso, senado e executivo.

O fato de sermos os condutores desse processo de gestão democrática, acabamos sendo esquecidos em muitas ações do governo, outrora, todo esse mecanismo existente a várias décadas, só tem sobrevivido graças a um modelo ludibriador da elite capitalista, que tem tornado cada vez mais possível a duração deste método. Ou seja, a forma de conduzir esse

³ Já estou sendo vítima deste tal progresso onde fui obrigado a diminuir e manter presos meus animais como é o caso dos porcos, bode e bois.

mecanismo de dominação está na utilização do capital, em que a elite se aproveita da fragilidade financeira da classe proletária para manter seus privilégios e permanecer no poder.

Em linhas gerais, para contornar essa ação elitista é preciso mais investimento no campo da Educação Básica, mas só investir não basta, pois é preciso fiscalizar os recursos que estão sendo gastos, de forma a integrar a comunidade como um agente fiscalizador das ações públicas. Ou seja, em uma comunidade que prevalece suas opiniões, dificilmente, há divergência na tomada de decisões. No entanto, os poucos investimentos nas escolas do campo, muitas vezes não são fiscalizados, isto é, não se criou uma cultura em investigar os gastos públicos. Mas esse cenário está ganhando novos personagens dentro das próprias escolas, como é o caso dos professores que levam para seus alunos pensamentos críticos. Nesse sentido, destaca-se o pensamento da educação crítica de Paulo Freire incorporado por Skovsmose (2001, p.101).

[...] para que a educação, tanto como prática quanto como pesquisa, seja crítica, ela deve estar a par dos problemas sociais, das desigualdades, [...] e deve tentar fazer da educação uma força social progressivamente ativa [...]. Para ser crítica, a educação deve reagir às contradições sociais.

Ao despertar o senso crítico nos alunos, muitos passarão a conhecer e interpretar os motivos pelos quais vivem em um contexto de empobrecimento e que tem levado a desigualdades sociais, daí a necessidade de se pensar criticamente em torno da Educação no Campo. Além de haver altos índices de desigualdades entre a educação campesina e urbana, a vivência no campo tem se tornado uma ameaça constante em função do desmatamento cada vez mais presente na vida das famílias dos lavradores, pois, embora haja meios de fiscalização, não há políticas efetivas para debelar possíveis conflitos entre os grandes latifundiários e os pequenos lavradores. Todavia, a educação campesina tem seu marco histórico na convivência familiar, por isso, faz-se necessário manter os recursos de sobrevivência de cada família que reside em áreas rurais, dessa forma, manterá uma tradição cultural de sobrevivência dos povos camponeses.

Entende-se que a família é o meio de aproximação do aluno com escola, mas alguns pais acabam se esquivando dessa responsabilidade, sendo os professores que deveriam manter a educação escolar como sua responsabilidade, enquanto aos pais caberia assegurar que as crianças estivessem prontas para a educação escolar (BHERING, 2003). No entanto, os pais da zona rural ainda mantém tímida a presença no espaço escolar, alguns requisitos são relevantes

para manter essa aproximação, sendo a escola o principal agente condutor dessa interlocução escola/família.

Compreender a realidade social de cada família é o ponto essencial para elaborar e buscar novos entendimentos dentro de uma realidade totalmente desnivelada das demais. No entanto, o conhecimento é o que nos leva a discutir o que nos incomoda e a buscar novas alternativas para chegar ao denominador comum. O conhecer nos liberta de verdades aleias, nesse sentido, questões relacionadas a aproximação da família ao ambiente escolar, envolve a pedagogia dos profissionais docentes com os saberes e fazeres dos outros profissionais que atuam no ambiente escolar.

3 REVISÃO TEÓRICA

Como ponto de partida, o trabalho de Bicalho (2017), pode contribuir para entender os motivos da evasão e abandono escolar no meio rural, buscando compreender as causas e circunstâncias que levaram os ex-alunos evadir-se e abandonar a escola no meio rural. O autor aborda temas como a formação dos profissionais da educação, tendo como ponto de partida os programas conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como é o caso do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

Martins (2020) adverte que existem escolas localizadas no meio rural que não praticam educação do campo, ou seja, precisamos distinguir entre educação do campo e escolas no campo. Isso porque a educação do campo pressupõe uma proposta pedagógica enraizada na realidade sociocultural e econômica das famílias do campo, levando em conta, por exemplo, o período de lavoura para a elaboração de um calendário letivo ajustado ao modo de vida campestre.

Caldart (2000) destaca na educação do campo elaborada pelo MST as dimensões formativas dos sujeitos no processo educativo, considerando de um lado, a trajetória das pessoas na luta pela reforma agrária; e de outro lado, as vivências em comunidade no contexto rural. Na pedagogia do movimento o sujeito educativo é a própria coletividade organizada em torno de um projeto político de emancipação das pessoas e da terra. A agenda educacional da pedagogia do movimento no âmbito do MST pode ser descrita em cinco elementos: a centralidade da luta

social, a base da organização coletiva, a relação com a terra no trabalho e produção, as práticas culturais e, por fim, a memória compartilhada.

Ainda segundo Caldart, (2002, p. 36)

Defendemos com tanta insistência e necessidade de política e projetos de formação das educadoras e dos educadores do campo. Também porque sabemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. E que há uma nova identidade de educador que pode ser cultivada desde este movimento por uma educação do campo.

Bahniuk & Vendramini (2016) destacam a atuação no MST na luta pela educação do campo e a manutenção/criação de escolas no campo. A centralidade do movimento dos trabalhadores rurais reside na proposição de enfrentamento à expansão do agronegócio, ao combate à criminalização das organizações representativas dos trabalhadores rurais; a promoção da luta pela reforma agrária, o acesso a direitos sociais, dentre os quais se destaca a educação – tema no qual os trabalhadores rurais têm uma agenda própria.

Caldart (2010), aponta cinco características da Educação do Campo. Primeiro, a relação entre a particularidade e a universalidade - a educação é apropriada pelo educando de forma particular, mas busca a inserção na universalidade como novo projeto de sociedade. Segundo, ela nasce da experiência de classe dos movimentos camponeses, mas inclui na luta outras classes subalternizadas. Terceiro, a Educação do Campo mescla a radicalidade pedagógica dos movimentos sócio-territoriais camponeses com a luta por políticas públicas. Quarto, ela é um projeto pedagógico da educação formal escolar e, concomitantemente, da educação não formal. Quinto, ela é a luta pelo acesso das classes subalternas ao conhecimento produzido pela humanidade e, ao mesmo tempo, crítica do paradigma de produção de conhecimento científico eurocêntrico-colonialista dominante que desconsidera o conhecimento popular produzido pelos sujeitos do campo que operam fora da lógica acumulativa do capitalismo.

A escola do campo na ótica do MST deve preparar para novas formas de trabalho, permitir o acesso ao conhecimento científico e aos saberes tradicionais, promover a formação política para a luta pela terra. Nesse sentido, a estratégia pedagógica do movimento inclui a busca pela autogestão dos estabelecimentos educacionais, a promoção da formação integral, a relação entre o mundo do trabalho e o processo educacional, a autonomia de educadores e educandos na constituição da cultura escolar (BAHNIUK & VENDRAMINI, 2016).

Pereira e Castro (2021) trazem dados do IDEB, INEP, IBGE, PNAD, bem como fundamentos legais derivados da Constituição Federal (Brasil, 1988) e Lei de Diretrizes e Base

da Educação Nacional (Brasil, 9394/1996). Os autores observam que os institutos de pesquisa trazem números alarmantes de desigualdades entre a educação urbana e a rural, com prejuízo para essa última. Esse contexto numérico pode contribuir ainda mais para o entendimento das causas e efeitos que tem se tornado corriqueiro a evasão e o abandono das escolas em uma região onde a ausência do Estado se percebe pela falta de acesso às políticas sociais. Quanto a esse tópico, estudos com fundamentação teórica e acompanhados de institutos vinculados a órgãos federais, tende a dar mais credibilidade ao tema em questão.

Salomão Hage (2014) trata do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo e vem nos dar uma dimensão da desigualdade que há nas escolas multisseriadas do campo, na região Norte do Brasil. Tendo como base de estudo pesquisa feita pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (Geperuaz). A pesquisa vem trazer elementos que vão de encontro com os contrastes encontrados na região leste maranhense, isso mostra que a desigualdade se expande por todas as regiões do Brasil. Como mostra as fotos das escolas localizadas no município de Codó/MA, com ambientes escolares nessa situação.

Figura 2: E. M. São Benedito



Figura 2: E. M. São Benedito II. Fonte: o autor (2023)

Figura 3: E. M. Santa Lúcia



Figura 3: E. M. Santa Lúcia. Fonte: o autor (2023)

Figura 4: sala da figura 3



Figura 5: E. M. João Machado



24

Figura 4: sala da figura 3. Fonte: o autor (2023)

Figura 5: E. M. João Machado. Fonte: o autor (2023)

O quadro dramático de precarização e abandono em que as escolas se encontram, reflexo do descaso com que tem sido tratada a escolarização obrigatória ofertada as populações do campo; e ao mesmo tempo, as possibilidades construídas por educadores, gestores e sujeitos do campo, no cotidiano das ações educativas, evidenciando situações criativas e inovadoras que desafiam as condições adversas que configuram a realidade existencial dessas escolas (HAGE, 2014, p. 1174).

A história da Educação do Campo destaca a atuação de grandes movimentos sociais, acompanhados dos marcos históricos realizados por diferentes instituições, em especial após a Constituição Federal de 1988 e a previsão do acesso à educação como um direito social. Nesse período, deu-se início à Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, entidade organizacional, cujo objetivo consiste em valorizar a escolarização das pessoas do campo. Dentre os objetivos da Articulação estavam a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo - respectivamente em 1998 e 2004 - com a participação do Conselho Nacional de Educação CNE, das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo; Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT, 2002) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD, 2004).

Conforme previsto, em 1998, realizou-se a primeira Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, em Luziânia-Goiás que contou com a parceria do (MST, 1984), UnB, Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Arroyo e Fernandes (1999) tratando sobre a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, enfatizam que o termo educação do campo é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas educacionais, mesmo quando ainda é relutantemente nomeada de educação rural

em alguns contextos mais conservadores. É importante pontuar, que o campo é um ambiente de crenças e costumes milenares, onde os povos expressam suas formas de (sobre)vivência. Nesse sentido, defendem o campo como espaço de particularidades e matrizes culturais.

Saviani (2016) relata a afinidade entre a pedagogia histórico-crítica e a educação do campo, no sentido de que o ponto de partida e chegada consiste na junção entre a prática social e a ação pedagógica. A problematização da realidade, a mobilização dos recursos teóricos e práticos para a compreensão do mundo e a ação transformadora compõem o quadro ideal da educação do campo.

Dentro deste contexto histórico em reconhecimento a Educação do Campo, destaca-se a conquista de alguns programas como: Procampo, Pronacampo e Pronera, que teve participação de diferentes instituições e que foram criados para atender a demanda por formação em educação do campo, contando com a relevante participação de movimentos sociais, entre eles o MST. E com atuação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), o qual foi iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECADI. O programa tem o objetivo apoiar a implantação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

Dentro das políticas de formação docente faz-se necessário entender que projeto se busca para educação do campo e como contemplará cada etapa da Educação Básica. Nesse sentido, Arroyo (2007) ressalta as políticas de formação a serviço de um projeto de campo:

Frente ao estilo de programas para suprir carências de formação-titulação, as políticas encontrarão sentido se concebidas como parte de um projeto de campo no projeto de Nação. A pergunta “que projeto de formação.” tem que estar articulada a outras: que projeto de campo de desenvolvimento econômico, social, cultural do campo no grande projeto de ação. A fraqueza da educação rural, a falta de uma rede de escolas, de um corpo de profissionais é uma manifestação a mais do projeto de campo que o modelo de desenvolvimento teve e está construindo. A escola do campo e seus profissionais não se afirmarão se o projeto político for expulsar os povos do campo, expandir o agronegócio, acabar com agricultura familiar. Sem gente não serão necessário educação, escolas, profissionais qualificados. (ARROYO, 2007, p. 174)

Outro programa que teve participação de diferentes instituições foi o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, o qual teve sua implantação em 20 de março de 2012, graças a uma ação conjunta de diversos grupos de trabalhos, sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Entre os

atores institucionais envolvidos podemos destacar: Conselho dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED, União dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF, Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro-RESAB, Universidade de Brasília - UnB, com suporte da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

A ação também contou com a participação de algumas secretarias e instituições reconhecidas e com atuação na educação; Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial-SEPPPIR, Secretaria de Educação Superior - SESU, Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia - SETEC, Secretaria de Educação Básica - SEB, Secretaria Nacional da Juventude - SNJ e a Comissão Nacional Quilombola - CONAQ. Dentre esses, o grupo contou com a colaboração da Coordenação - CAPES, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC, Centros de Familiares de Formação por Alternância - CEFFAs, e com a participação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

O Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, tem o objetivo de disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2013).

Dentre as conquistas obtidas pelo movimento campesino na seara educacional, destaca-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o qual foi implementado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Consiste numa política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro, tendo como objetivo fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. O Programa nasceu em 1988, da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social. Dentro dessa conquista, percebe-se que houve uma crescente no número de jovens e adultos, trabalhadores da Reforma Agrária que garantiram seu direito à alfabetização como também seguir nas diferentes etapas da Educação Básica.

4 DESIGUALDADES EM MOVIMENTO

No entanto, vale ressaltar que todos esses movimentos sociais em prol da Educação do Campo, só teve uma maior visibilidade após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, 9.394/1996. Mas, bem antes da redemocratização do país, um grupo de trabalhadores rurais, insatisfeitos com a desigualdade sociais no campo durante a Ditadura Militar, deu início ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 1984), cabendo ressaltar que o mesmo tem ganho repercussão internacional pela sua representatividade com o meio rural.

Diante dos inúmeros questionamentos sobre a condução dos direitos das famílias residentes no meio rural, tornar essa política válida requer apontar alguns meios nesse processo para garantir a educação no campo, o que exige uma ampla discussão sobre o tema, isso porque a disparidade entre campo e cidade em termos das condições de acesso a direitos básicos ainda é muito grande.

Se compararmos a educação realizada no campo, com a educação oferecida na cidade, alguns itens ganham relevo. A começar pela distância entre a residência de estudantes e as escolas, tendo em vista as dificuldades de locomoção, devido a condição das estradas que muitas das vezes em período chuvoso encontram-se intrafegáveis; de igual modo, a estrutura das escolas também é um ponto de questionamento, considerando a precariedade dos espaços e materiais escolares no campo; outro tema recorrente é a formação docente que atua no campo, que não atende as necessidades formativas dos educandos, nem dialoga com especificidades da vida em comunidade rural.

É preciso destacar um impasse que há no sistema educacional brasileiro, em especial no ensino fundamental, que compromete a profissionalização da educação, o qual consiste na prática da indicação política, esse apadrinhamento educacional já têm uma longa duração na educação básica e ano após ano esse mecanismo, se naturalizando em especial no meio rural – entendemos que a solução dessa prática política é a união das comunidades contra esse autoritarismo partidário, pois não há pessoas preparadas como as da própria comunidade para romper com essa política de interesse.

A indicação política tem um único objetivo, o voto em período de eleição, esse modelo que se instalou desde a redemocratização no governo Collor, e que tem fragmentado a Educação Básica, em especial o ensino fundamental. Portanto, é incoerente você ter que lidar com

contextos onde sua voz e ideias são silenciadas, isso porque vivemos e convivemos em uma suposta meritocracia, mas que na prática prevalece a ideologia dos opressores; portanto, a educação na zona rural precisa de incentivos a suas particularidades por parte dos entes federados como União, Estados e Municípios. Todavia, o que se tem como ambiente tranquilo de se viver, não condiz com a realidade das escolas.

No campo, as crianças seguem uma ordem padronizada pelo sistema elitizado para adentrarem na sala de aula, pois as mesmas precisam completar os quatro (4) anos de idade, diferentemente, do meio urbano onde existem creches aptas a receber crianças com idades a partir dos dois (2) anos, essa disparidade no acesso tem levado a divergência nos números de escolas e matrículas. Segundo Pinto e Campos (2021), o número de escolas no campo representava cerca de 50% do total de escolas do Brasil, enquanto o número de alunos respondia por 15% do total de matrículas nacionais. nas escolas no campo os professores lidam, constantemente, com salas multisseriadas onde o professor trabalha com várias séries na mesma sala, todas do ensino fundamental, sendo essa prática relativamente comum até o quinto ano. Segundo dados da Coordenação de Educação do Campo do MEC, extraídos do Censo Escolar de 2011, existiam 48.875 escolas multisseriadas no Brasil, as quais representavam 56,45% das Escolas do Campo existentes. E nelas atuavam 70 mil docentes e estudavam 1,3 milhão de estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2015), a porcentagem de estudantes no meio urbano era de 88,9% enquanto no campo era de 11,1%. O número de alunos de quatro a dezessete anos com idade escolar em 2015, segundo a PNAD, foi menos de 44 milhões de pessoas, divididas em, aproximadamente, 80% nas cidades e 20% no campo. (PNAD, 2012, BRASIL, 2015). Vale ressaltar, que a porcentagem de alunos é superior ao número de matrículas no meio rural.

De acordo com análise dos dados, faz se necessário uma atualização, segundo dados do Censo Escolar 2019 (Inep, 2020), foram contabilizadas 47,8 milhões de matrículas no Brasil, com redução de 8,9% em relação a década anterior 2009, houve uma redução de 20% de matrículas no meio rural em comparação com a zona urbana. (INEP, 1998, BRASIL, 2020).

A Educação do Campo ano após ano, convive com a política de fechamento das escolas, segundo orientações de secretarias municipais, que usam como justificativa para esse fenômeno o quantitativo de alunos e a nucleação das séries. Essa tomada de decisão na maioria das vezes é unilateral, ou seja, essa ação parte da secretaria sem consultar as comunidades escolares, dessa

forma, entende-se que essa política não reconhece e nem valoriza a educação campesina das diferentes regiões brasileiras, vale ressaltar, que existe um decreto-lei 12.960, de 27 de março de 2014 que busca inibir o fechamento das escolas em áreas rurais, que frequentemente é ignorado pela gestão local. (LEI, 12. 960, RRASIL, 2014)

Em suma, são muitos os fatores que têm contribuído para essa drástica redução no número de escolas no campo, tais quais a nucleação das escolas, investimento no transporte escolar e a ausência de oferta de ensino médio no campo, são algumas das causas que têm contribuído para o fechamento das escolas no campo. Além da existência destes, a economia local é outro problema enfrentado pelos povos campesinos, pois a fragilidade da mesma tem contribuído para o êxito rural para diferentes regiões do Brasil, Sudeste e Centro-Oeste etc.

Esses fatores têm contribuído para o fechamento das escolas no campo. Em 2002 haviam 107.432 estabelecimentos educacionais no meio rural, atendendo 8.267.571 alunos pelo país (Inep, 2003). Os dados mais recentes do Censo Escolar de 2019 (Inep, 2020), apontam que há 55.345 estabelecimentos de ensino no meio rural, representando 23,4% do total de escolas no Brasil em 2019, as mesmas correspondem a 23,3% multisseriadas das escolas rurais. (INEP, 1998, BRASIL, 2020)

A redução no número das escolas apresenta 48,4% do total, com média de 3 mil escolas fechadas anualmente segundo Censo Escolar 2019 (INEP, 1998, BRASIL, 2020). Além dos inúmeros fatores responsáveis por fechamento das escolas, a Educação do Campo convive com um sério problema, que está longe de haver mudança nesse embate que nos foi conduzido pela falta de continuidade de políticas públicas, o mesmo se expande no meio urbano, embora, com menos frequência, a evasão ou abandono escolar.

Diante dos inúmeros fatores que vem contribuindo para a desvalorização da educação do campo, urge conhecer e compreender as causas que levam ex-alunos da oitava série (nono ano) a não darem continuidade aos estudos. Trazendo fatos típicos existente no meio rural e que tem levado a obtenção de dados por diferentes meios de pesquisas, associando os dados as causas de modo a estabelecer alternativas que possa diminuir as desigualdades que há na educação campesina. Nesse sentido, o presente trabalho vem destacar a desigualdade no acesso e permanência na escola, onde os fatos abordados podem ter contribuído para as causas da evasão escolar. Notadamente, as escolas de Educação do Campo vêm sofrendo com o fenômeno da evasão escolar, com frequência nos anos finais do ensino fundamental.

Segundo Riffel e Malacarne (2010), evasão é o ato de evadir-se fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998), vem trazer a diferença entre evasão e abandono escolar, onde abandono significa a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na evasão o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb (IDEB, 2007, BRASIL, 2012), aponta o abandono como o afastamento do aluno do sistema de ensino e desistência das atividades escolares, sem solicitar a transferência. Nesse sentido, Machado (2009, p. 36) vem dizer que: “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola”.

Entretanto, quando acontece esse tipo de situação não há uma manifestação por conta da escola, onde a mesma não cria soluções para trazer de volta esses alunos, embora, o Plano Municipal de Educação do Município de Codó/MA, Lei nº 1.727, de 23 de junho de 2015, na meta 2: destaca a estratégias “2.12 – Realizar a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude”. No entanto, há um número muito grande de evasão escolar nas escolas da zona rural. Isso acontece devido os filhos terem que ajudarem seus pais na roça, pois a maioria é composta por filhos de lavradores, ou seja, é da roça que tiram seu sustento. Haja vista, que é uma tendência e têm se tornado frequente os alunos seguirem os passos dos pais, é uma tradição passada de pai para filho no meio rural e dentro desse processo de transição está o casamento precoce (morar junto/amigar), a maioria com o consentimento dos pais, isso acontece antes mesmo de concluírem o ensino fundamental, o que altera a agenda de prioridades dos jovens do campo.

Com todos esses entraves que existe na Educação do Campo, mesmo assim, dos vários meios que temos de mudar de vida, existe um que pode nos possibilitar a realização de grandes sonhos, que é a educação, pois carrega consigo o poder de transformação, embora tendo desigualdade no acesso e permanência é o mais adequado para construir caminhos.

Aqui, volto ao termo indicação política onde as secretarias de educação são subordinadas a essas práticas irrisórias e antagônicas que tem compactuado para as desigualdades da educação do campo e tornado um desafio a atuação dos professores no meio rural. Pois a mesma não provê autonomia às escolas para criarem seus Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo que esse documento contribui de forma planejada com o

desenvolvimento das atividades pedagógicas. Como destaca Oliveira 2002, o projeto político pedagógico “é o plano de ação que visa estruturar métodos, técnicas e procedimentos didáticos e pedagógicos com objetivos comuns na formação de indivíduos” (OLIVEIRA, 2002 p. 26).

Souza (1999, p. 29-30) ao conceituar o projeto político pedagógico, destaca que ele é muito além de um plano pedagógico diretor da comunidade de aprendizagem com sua história, seu currículo, seus métodos, seus atores internos e externos. Ou seja, ele é base e estrutura de cada ambiente escolar e, convém registrar que raramente as escolas no campo detém esse documento –, ficam subordinadas ao currículo urbano, contrariando a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394, Brasil, 1996).

Art. 13- Os docentes incumbir-se ão de: I- participar da elaboração da proposta pedagógica da do estabelecimento de ensino; II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; (BRASIL, 1996)

O problema é que os/as secretários/as, muitas vezes indicados por apadrinhamento político e sem formação ou experiência na área educacional, tendem a delegar poder para encarregados atuarem na gestão escolar, ou seja, restringem sua atuação apenas ao gabinete e não saem de seu conforto para ver as realidades de cada comunidade escolar. No sistema educacional brasileiro vigente, há uma separação por classes sociais no que diz respeito ao acesso à educação, não há uma política de integração da sociedade menos favorecida, mesmo que, a priori, todos têm direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Para esse direito se efetivar é preciso haver uma fiscalização dos órgãos públicos, Ministério Público Estadual e Federal, Defensoria Pública e Promotoria, ambos são os responsáveis pela fiscalização e garantia de tais direitos, porém, não estão cumprindo com suas atribuições, vale ressaltar, que nunca foi possível presenciar algum representante desses órgãos nas escolas da zona rural. Portanto, os mesmos prender-se-ão a quatro paredes, ou seja, se não houver uma manifestação por conta da sociedade, os mesmos não se manifestam. Esse sistema excludente tem contribuído para uma visão errônea do campo, de um lugar atrasado, mas isso não passa de estereótipo criado por quem não o conhece, pois quando passamos a vivenciar a realidade e as particularidades de cada contexto social, a visão muda de sentido.

Como havia citado acima, em relação à atuação do professor, a desvalorização do profissional é enorme se compararmos com outras profissões no mercado de trabalho. É bem frequente vermos frases sobre a desvalorização do profissional da educação, porém, não há políticas que criem um plano de carreira e salário digno à profissão. Além de não haver uma valorização adequada, ainda tem que trabalhar em condições sub-humanas, em escolas sem estruturas e em situações precárias e sem atratividade para docentes e alunos. Sobretudo com ausência de reformas nas escolas, onde em pleno século XXI, muitas no interior da região dos cocais no Maranhão ainda são de taipas e sem paredes, sem banheiro ou água potável, sem acesso à rede de energia elétrica e internet, sem oferta de merenda escolar, sem transporte escolar ou estradas adequadas.

Cabendo ressaltar, que o PME do município de Codó/MA, na meta 1: destaca as estratégias que venha garantir a merenda e o acesso à internet para escolas de educação infantil:

1.23- Garantir através dos recursos da alimentação escolar, que nas escolas de educação infantil, as refeições sejam balanceadas, com cardápio e horários apropriados às faixas etárias, devidamente acompanhadas por nutricionistas, adequando, quando necessário, às situações específicas como restrições alimentares, entre outras;

1.24- Assegurar até o quinto ano de vigência deste PME a inclusão digital como ferramenta no processo educativo em 100% das escolas da educação infantil do município de Codó;

Nesse sentido, alguns autores trazem números e afirmações que retratam a realidade da Educação Básica no meio rural, como destaca Molina, Montenegro e Oliveira (2009), 75% dos alunos eram atendidos em escola que não dispõe de biblioteca, 98% das escolas não possuíam laboratório de ciências e 92% das escolas não tinham acesso à internet.

as escolas precisam ensinar além de apenas existirem e o processo de ensino somente se efetiva com insumos pedagógicos (como bibliotecas / salas de estudos, computadores e acesso à internet), além do básico (como energia elétrica, água potável e alimentação) principalmente para os estudantes mais vulneráveis socialmente. (SOARES, S.; RAZO, R.; FARÍNAS, M, 2006 *apud* PEREIRA, C. N., CASTRO, C. N., 2021, p. 36)

Ao fazer uma breve análise comparativa entre a escola rural e a escola urbana, pode-se perceber de início nas estruturas dos prédios, creches e as muitas áreas de lazer como: quadras poliesportivas e ginásios. Entendemos que essa desigualdade nos remete o embate que temos de enfrentar diariamente, esses contrastes acabam interferindo no convívio social e refletindo na trajetória escolar dos alunos.

Quando não há uma valorização do ambiente de trabalho, tende a refletir na formação docente e em sua prática de ensino, tendo impacto direto no aprendizado dos discentes e nas

comunidades que vivem. Diante disso, “os professores que atuam na Educação do Campo devem pensar uma educação a partir do campo, vinculada à cultura e às necessidades humanas e sociais da população do campo”. (DIAS; DIAS e CHAMON 2016, p. 268)

É importante destacar, que no campo há pessoas com um vasto conhecimento popular, seja ele por meio do senso comum, mas que têm uma representatividade muito grande no meio rural e isso é que os tornam sua existência.

A Educação no Campo teve uma maior representatividade através dos movimentos sociais, sendo o MST, o que trouxe uma maior autonomia à educação rural. Mesmo com esse feito, ainda é possível perceber descompassos entre demandas e políticas que atendem a educação do campo. Por mais que o MST tenha contribuído com a criação de alguns programas, como Procampo, Pronacampo e Pronera etc para educação campestre, o número de escolas no campo que não atende as realidades do campo ainda é significativa. Isso porque persiste uma inversão de valores, onde o campo é obrigado a seguir o currículo pedagógico da cidade, como exemplifica a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Brasil, 2017), documento que todas regiões do Brasil tiveram que seguir. Esse modelo de currículo de cima para baixo, delegado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), todavia, não leva em conta as particularidades dessas regiões e, quando não se valoriza a cultura de um povo, tende-se ao fracasso escolar.

Esse diagnóstico está recheado de causas e circunstâncias que levam à desistência dos educandos, a começar pelo currículo pedagógico das escolas, pois as mesmas seguem o modelo urbanocêntrico, ou seja, não se oferta uma educação do campo para o campo, como afirma Arroyo et al. (2011, *apud* DIAS; DIAS e CHAMON 2016, p. 273), “*necessita-se de uma educação que seja ‘do’ campo ‘no’ campo e ‘para’ o campo*”.

No entanto, essa inversão de valores vai de encontro com outro problema que existe no campo e que tem contribuído para todos esses contrastes que há no meio rural, que consiste na falta de professores concursados (efetivos) no campo, o que tem contribuído para a prevalência da indicação política, o método de contratação utilizado não leva em conta as especificidades de cada docente e nem a vivência das comunidades. Ou seja, não há uma consulta dirigida dentro dos espaços de hábitos, costumes e crenças partilhadas de cada comunidade, para se ter uma compreensão do tamanho do poder que a indicação política tem sobre as escolas, podemos apontar o quadro de funcionários da Escola José Pinto da Silva da comunidade Boa Vista do Procópio, dos 21 só 3 são efetivos, e os restantes foram indicados por meio de apadrinhamento político.

Essa fragmentação do sistema educacional brasileiro tem colocado os estabelecimentos de ensino e seus profissionais em situações neutras, haja vista que dentro dessa complexa realidade social do campo, há outros dilemas recorrentes que tem desestruturado os ambientes escolares como: a gravidez na adolescência acompanhada de casamento precoce; ausência de oferta de turmas de Ensino Médio e a necessidade de ingressar no mercado de trabalho na adolescência etc., são alguns dos fatores que levam os jovens a desistirem das escolas do campo. Vale ressaltar, que nessa região a maioria dos camponeses moram agregados, ou seja, em propriedades privadas e em alguns casos submetidos a resquícios de coronelismo presente em algumas propriedades.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para obtenção de dados de pesquisa, utilizou-se uma pesquisa participante com abordagem qualitativa, na qual foi utilizado questionário semiestruturado contendo nove (09) questões, sendo cinco (05) de caracterização social, duas (02) com foco no percurso familiar e outras duas (02) voltadas para percurso educacional. Foram entrevistados seis (06) ex-alunos da Escola José Pinto da Silva no município de Codó/MA, que concordaram voluntariamente em participar da pesquisa. Para preservação da imagem dos participantes utilizei nomes fictícios, todos sendo chamados de pássaros já conhecidos da região: beija-flor, João de barro, curió, pêga, sabiá e pipira como mostra as imagens a seguir.



Figura 1: Beija-flor.
Fonte: o autor (2023)



Figura 2: João de barro.
Fonte: o autor (2023)



Figura 3: Curió. Fonte: o autor (2023)



Figura 4: Pêga. Fonte: o autor (2023)



Figura 5: Sabiá. Fonte: o autor (2023)



Figura 6: Pipira. Fonte: o autor (2023)

Quadro 1: Caracterização social dos participantes

Sujeito	Sexo	Idade	Ocupação	Escolaridade	Tempo de residência
Beija-Flor	Feminino	24 anos	Dona de casa	9 anos	24 anos
João de Barro	Masculino	32 anos	Motorista	Fundamental completo	8 anos
Curió	Masculino	28 anos	Desempregado	Fundamental completo	8 anos
Pega	Feminino	26 anos	Desempregado	Fundamental completo	26 anos
Sabiá	Feminino	16 anos	Lavrador	9 anos	1 ano e 4 meses
Pipira	Feminino	35 anos	Desempregada	8ª série	10 anos

Fonte: autor da pesquisa (2023)

Todos os participantes têm ensino fundamental completo e com diferentes tempos de conclusão, e para analisar a convivência familiar de cada participante durante esse processo escolar, propus o seguinte questionamento: Quando criança você morava com seus pais ou outras pessoas? Como era sua relação com os adultos? Pode descrever?

Com base no conceito constitucional Petzold (1996 *apud* OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010) vem nos recordar que o critério utilizado para definir intimidade deve ser variável fundamental ao definir família, o que, mesmo os casais sem filhos são reconhecidos como uma unidade familiar. Em busca deste entendimento, faz se necessário entender a participação dos agentes norteadores desse processo de convivência familiar, onde entende-se que família:

é a união estável entre homem e mulher, ou comunidade formada por quaisquer dois pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988); Ou ainda, “Considera-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2006).

Quadro 2: Quando criança você morava com seus pais ou outras pessoas? Como era sua relação com os adultos?

Beija-Flor	“Moravam com meus pais, minha relação com eles era muito boa”
João de Barro	“Com meus pais. A minha relação com os adultos era muito boa”
Curió	“Com os pais. Ótima eu era uma criança educada”
Pega	“Sim com meus pais, era boa”
Sabiá	“Com os pais. Era boa. Sempre procurei Respeitar os mais velhos”
Pipira	“Sim, boa”

Fonte: autor da pesquisa (2023)

Percebe-se que nessa questão os participantes foram unânimes na resposta, onde afirmaram que na época todos moravam com seus pais e que tinha uma ótima relação no ambiente familiar. Embora, os ex-alunos tendo a família em seu laço de convivência, o processo de escolarização da Educação Básica não foi possível. Partindo de uma relação de convivência familiar para um processo de transição educacional, onde foi abordado a seguinte temática: Fale um pouco sobre a escolaridade e profissão dos seus pais ou responsáveis.

Historicamente, homens e mulheres do campo foram excluídos do processo educacional brasileiro, esse contexto histórico, sociais, políticos e culturais ano após ano tem se perpetuado em um modelo de transição passando de geração pra geração. Esse modelo excludente, representa a precarização ao qual as famílias do campo foram condenadas ao empobrecimento extremo pela classe dominante e aproveitando-se desta situação, a elite capitalista passa a negar a oferta da Educação Básica no campo.

Quadro 3: Escolaridade e profissão dos seus pais ou responsáveis

Beija-Flor	“Meu pai estudou até o 4ºano e trabalhava na roça, e minha mãe estudou até o ensino médio cuidava da casa e atualmente está trabalhando em um posto de saúde”
João de Barro	“Meus pais são lavradores”.
Curió	“Meus pais são lavradores, meu pai é analfabeto e minha mãe estudou até a 3ª série”.
Pega	“Minha mãe estudou até 5ª série e ela é costureira, e meu pai estudou até a 5ª série e ele é motorista”
Sabiá	“Meus pais não tiveram oportunidade de estudos não completaram o ensino fundamental e os dois são lavradores”.
Pipira	“A escola era boa, meus pais lavradores”

Fonte: autor da pesquisa (2023)

Dentro de um contexto histórico e se tratando do sistema educacional brasileiro, percebe-se como tem sido a oferta da Educação Básica para as populações residentes no meio rural. Embora, a educação tenha sido tratada como antídoto da pobreza, as escolas do campo não oferecem esses insumos. Ou seja, podemos perceber nas respostas dos participantes que esse processo de exclusão educacional e social é passado de geração pra geração, isto é, de pai para filho. Esse processo excludente ao qual foi submetido ao ciclo vicioso da pobreza às classes

proletárias, é retratada na escolarização dos pais, dessa forma, enquanto a pobreza for tratada como uma questão moral, social e cultural, os currículos para os (as) empobrecidos permaneceram sendo pensados para moralizá-los (as), não para garantir o direito deles (as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. (ARROYO, 2015). No intuito de entender o percurso educacional dos participantes foram elaboradas algumas perguntas, entre elas abordava a seguinte temática: Quais motivos que levaram a não continuar os estudos nas séries seguintes ou até a faculdade?

Para obter tais respostas é preciso compreender que historicamente a educação do campo tem sido marginalizada na construção de políticas públicas. Onde muitas das vezes trata como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículo em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste cenário de exclusão, a educação para os povos do campo é trabalhada a partir de discurso, perfis e currículos, marcados essencialmente, por conotações urbanas. Currículos geralmente deslocados das necessidades locais e regionais (SOUZA; REIS, 2009).

Quadro 4: Quais motivos que levaram a não continuar os estudos nas séries seguintes ou até a faculdade?

Beija-Flor	“O motivo de não continuar os estudos porque tive filhos muito cedo”
João de Barro	“As dificuldades. E logo fui pai, e hoje é meu trabalho por conta do horário”.
Curió	“As dificuldades de não ter residência fixa na cidade”.
Pega	“Porque na época não tinha o ensino médio na zona rural, e eu casei e aí não teve como eu ir para a cidade”
Sabiá	“Por falta de oportunidades”
Pipira	“Falta de interesse na escola”

Fonte: autor da pesquisa (2023)

Diante da temática abordada, é possível perceber que a Educação do Campo ainda está longe do alcance da realidade de muitos camponeses, desta forma entende-se que o cenário existente nas famílias residente no meio rural, tem sobrevivido de um processo herdado de pai pra filho, onde o ápice da educação rural seria o ensino fundamental. Sendo que a oferta do ensino médio é tratada no Plano Municipal de Educação do município em sua 3ª meta que destaca as seguintes estratégias:

3.5 – Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades quilombolas, das pessoas com deficiência e dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, bem como de medida cautelar;

3.6 – Fomentar a oferta do Ensino Médio em escolas do campo com metodologias e estratégias adequadas à realidade das diferentes populações camponesas;

Portanto, entre os desejos das famílias camponesas, está a universalização do ensino médio para todas as regiões rurais do Brasil e com prioridade para alunos adentrarem à faculdade. Porém, para que isso se torne realidade é necessário mais investimento do poder público para as comunidades que buscam na educação uma forma de existir. Nesse sentido, fiz o seguinte questionamento: Quais seriam as condições necessárias para voltar a estudar? Para atender as demandas e especificidades de homens e mulheres, que busca na educação o reconhecimento e o convívio em sociedade a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/1996), estabelece no art. 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Embora a LDBEN ressalta a necessidade da adequação à Educação do Campo aos camponeses, os estabelecimentos de ensino do município de Codó/MA não estão cumprindo com as determinações vigente na referida lei, como desta o quadro a seguir.

Quadro 5: Quais seriam as condições necessárias para voltar a estudar?

Beija-Flor	“Quando meus filhos crescerem retorno aos estudos”
João de Barro	“A mudança de horário do meu serviço. Mas ainda irei um dia concluir ensino médio e cursa faculdade”.
Curió	“Oportunidades”
Pega	“Seria alguém para ficar com os meus filhos, que são menores de idade”
Sabiá	“Oportunidade”
Pipira	“Tem que ter interesse nos estudos”

Fonte: autor da pesquisa (2023)

Portanto, o cenário obtido com as possibilidades do retorno aos estudos, envolve o laço familiar – filhos; e a oferta de oportunidade, aqui estamos diante da palavra-chave para imersão da cultura educacional que contempla a Educação Básica no campo. Isto é, pensar educação que reconheça a maioria e não a minoria como a elite vende o discurso da meritocracia. No entanto, necessita-se criar um sujeito que quebre essa ideologia da meritocracia que há na mente dos camponeses, pois dessa forma poderá traçar metas de aproximação com educação/campo.

Dentro de um contexto de dificuldades, as pessoas do campo necessitam conhecer e compreender os motivos que levaram a submissão do processo de exclusão educacional que há no meio rural. Partindo desta existência, a elite capitalista designou o campo como ambiente de trabalho, onde está submetido a alimentar a cidade, desta forma, os residentes camponeses foram e permanecem aprisionados ao um sistema retrógrado.

Além da exclusão educacional a qual foram submetidos, permanecem a vivenciar o ciclo vicioso do empobrecimento que seus familiares estão inseridos. A realidade em que a população camponesa se encontra, está na caracterização intitulada aos pobres desde chegada dos Portugêses ao Brasil, rebaixando-os em moralidade, cultura e civilização usando como pretexto para segregação de classes etnias, raça, locais de origem, expondo-os a situação de desvalorização social, econômica, política e cultural (ARROYO, 2013).

No entanto, muitas das escolas localizadas no extenso território do município de Codó/MA, ainda não criaram o hábito dos movimentos pela Educação do Campo, partindo deste questionamento Caldart, 2003, vem destacar uma das ideias-força criada na Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo 1998. Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um movimento consciente de construção das escolas do campo como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história. A priori, continuam a seguir normas impetradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura Tecnologia Inovação/SEMECTI.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo como modalidade da Educação Básica e, direito constitucional tem encontrado resistência em sua efetivação para com as escolas do campo, onde é possível perceber a ausência do poder público com as populações camponesas. Portanto, quando houve alguma manifestação do governo foi porque por trás desta ação está os movimentos sociais que sempre teve papel principal nessas conquistas.

Neste trabalho foi possível elencar diferentes diálogos sobre como a educação do campo está sendo ofertada para homens e mulheres camponeses. Deste modo, a pesquisa apresentou como objetivo geral compreender as causas que levaram os ex-alunos da escola José Pinto da Silva, na comunidade Boa Vista do Procópio no município de Codó/MA, a não permanecerem na Educação Básica na escola do campo. Tendo com objetivo específico: apontar fatores que contribuíram para essa desistência; traçar alternativas de implantação de políticas públicas que venha contribuir com o fim das desigualdades educacionais, sociais, política e culturais no meio rural; analisar a Educação do Campo como um espaço de identidade e de sobrevivência.

Na pesquisa pode se observar a importância da Educação do Campo como direito constitucional que garante a aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Diante dos dados coletados, ficou claro que os ex-alunos como os atuais necessitam da inclusão da segunda etapa da modalidade ensino médio da Educação Básica no campo, como também investimentos de políticas públicas que venham assegurar a permanência dos alunos no meio rural. Durante a ação participante observou-se a evidencia que a educação do campo pode proporcionar a cada indivíduo, uma interação de um pensamento crítico voltado para a luta por seus interesses sociais, culturais e políticos.

Nesse sentido, é importante pontuar que os municípios têm seus recursos ajustados de acordo com o número de alunos, dessa forma, os investimentos pressupõem-se a uma oferta de ensino-aprendizagem de qualidade para todas as pessoas que habitam o meio rural. E dentro de um contexto educacional, existe uma ferramenta que tem sido considerada uma essência de gestão e de prática pedagógica, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o fato de não haver o PPP na maioria das escolas, tem se tornado um desafio para gestão como também para a docência, o que aponta para a falta de uma proposta pedagógica de educação do campo que atenda as especificidades daquela população. A inclusão desse mecanismo pedagógico, tornará

as escolas autônomas para elaboração de sua proposta pedagógica de forma planejada e de maneira assegurar a participação de ambas as famílias em sua elaboração.

Portanto, a Educação do Campo como oferta aos camponeses e direito básico, pressupõe-se conhecer os marcos legais existentes que garante a oferta da modalidade ensino médio para os ex-alunos e os atuais da comunidade Boa Vista do Procópio no município de Codó/MA.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v.27, n. 72, p. 157-176, maio/ago.2007.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2.

ARROYO, M. G. Pobreza, desigualdade e educação. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI. p.11, 2015.

APERFEIÇOAMENTO, Curso Online de. Sóeducador, 2022. Disponível em: <<http://www.soeducador.com.br>>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

BAHNIUK, C.; VENDRAMINI, C. R. Escola e estratégia política na atualidade do MST. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 8(2), 5–27, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/DPECIRER. Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo/CGPEC. Brasília, jan. 2013.

_____, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. Brasília, DF: 1998.

_____, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular BNCC. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2017.

_____, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional LDBEN. Brasília, DF: Ministério da Educação, 20 dez. 1996.

_____, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BICALHO, R. S.; História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. Teias, **Micropolíticas, democracia e educação**. Taguatinga DF: Gráfica F,F, v.18. n 51, p. 125-142, Out.Dez. 2017.

BHERING, E. Percepções de pais e professores sobre o envolvimento dos pais na educação infantil e ensino fundamental. **Contrapontos**, v. 3, n. 3, p. 483-510, 2003.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____, Escola do Campo em Movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, pp. 60-81, jan/jun. 2003.

CAMPOS, T. A.; PINTO, H. de M. **O fechamento das escolas rurais do município de Diamantina de 2014 a 2018: teoria e prática, situações distintas para um único caminho.** II Congresso Nacional em Educação. Anais do IV CONED, Diamantina-MG, 2021.

CODÓ. Lei n 1.727, de 23 jun. 2015. Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Codó: Secretaria de Educação, Maranhão. 2015.

DIAS, A. C., DIAS, G. L., CHAMON, E. Q. O. Representação social da educação do campo para professores em formação. **Psicologia e Sociedade**. v.28. n2, p. 267-277, Jan. 2016.

FALS BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular.** In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 2. Ed. SP: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GEPERUAZ. **Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica.** Belém/ PA, 2007. [Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq].

HAGE, S. A. M. et al. Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 35. n. 129, p. 1165-1182, Out. Dez, 2014.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACHADO, M. R. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006).** 2009. 131 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília, DF, 2009.

MARTINS, F. J. **A escola e a educação do campo.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

MOLINA, M. C.; MONTENEGRO, J. L.; OLIVEIRA, L.N. A. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo.** Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 2009.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARANHÃO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, jan-mar, 2010.

PEREIRA, C. N., CASTRO, C. N. **Educação no meio Rural**: diferenciais entre o rural e o urbano. Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Brasília, Mar. 2021.

PETZOLD, M. The psychological definition of the family. In M. Cusinato (Org.), *Research on family resources and needs across the world* (pp.25-44). Milano-Itália: LEDEdizioni Universitarie, 1996, *apud* OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 27(1), 99-108, jan/mar, 2010.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio**: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR, 2010.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica na Educação do Campo. In: BASSO, J. D.; NETO, J. L. dos S.; BEZERRA, M. C. dos S. (orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo**: história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

SOUZA, M. A. Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2012.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica**: a questão da democracia. Tradução de Abgail Lins e Jussara de Loiola Araújo. Campinas: Papirus, Editora, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Placco V. M. N. O coordenador pedagógico e o cotidiano na escola. 4. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cadernos CEDES** [online]. 2007, v. 27, n. 72, pp. 121-135.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Você está convidado(a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa (nome da pesquisa), sob responsabilidade do pesquisador (seu nome) e supervisão do Prof. Samuel Correa Duarte, UFMA - Codó. Caso você concorde em participar da pesquisa, leia/ouça com atenção os seguintes pontos: a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza; b) você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso; c) sua identidade será mantida em sigilo; d) caso você queira, poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Identificação

Sexo: *(tabela 1)*

Idade: *(tabela 1)*

Ocupação: *(tabela 1)*

Escolaridade: *(tabela 1)*

Tempo de residência na localidade: *(tabela 1)*

Percurso familiar

1. Quando criança você morava com seus pais ou outras pessoas? Como era sua relação com os adultos? Pode descrever? *(tabela 2)*

2. Fale um pouco sobre a escolaridade e profissão dos seus pais ou responsáveis. *(tabela 3)*

Avaliação educacional

3. Quais motivos que levaram a não continuar os estudos nas séries seguintes ou até a faculdade? *(Tabela 4)*

4. Quais seriam as condições necessárias para voltar a estudar? *(Tabela 5)*